

Protocolo



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Estado de Minas Gerais

Protocolo

RECIBO

Inscrição

0024210/2019

Data: 24/06/2019 09:21:23

Impressão: 24/06/2019 09:22:05

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Requerente: 000277137 - M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME

CNPJ: 22.615.610/0001-32

Endereço: ALAMEDA DAS CAVIUNAS, 3265

Documentos Solicitados

Uma Carolina Almeida

023750/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

APRESENTA RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM REF. AO PROCESSO Nº 58/19, TP Nº 01/2019. SETOR DE LICITAÇÃO.

RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

PATROCÍNIO, 21 DE JUNHO DE 2019

Excelentíssima Sr. (a) Presidente(a) da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – no Estado de Minas Gerais e demais responsáveis pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – no Estado de Minas Gerais.

COM REFERÊNCIA AO:

PROCESSO Nº: 58/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019

EDITAL Nº: 01/2019

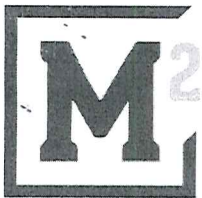
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE SEIS SALAS DE AULA PADRÃO FNDE, NO BAIRRO BOA VISTA IV, CONFORME TC PAR Nº 110762/2017, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, E O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO – MG.

A empresa **M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.615.610/0001-32, com sede na cidade de Patrocínio-MG, situada na Rua Alameda das Caviúnas, 3265, Bairro: Morada Nova, vem com o devido respeito, por seu representante legal infra-assinado, com fulcro no artigo 109, § 3º, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, opor **CONTRA RAZÕES**, em face do Recurso Hierárquico, em preliminar Pedido de Reconsideração, interposto pela empresa **SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA**– CNPJ: 03.698.525/0001-30, pelos fatos e mediante as razões de direito expostas a seguir, requerendo a manutenção integral da decisão recorrida, bem como o seguimento das inclusas razões, a fim de que sejam apreciadas pelo o Ilmo Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, na qualidade de Autoridade Superior competente, a quem ora é requerida a confirmação do julgamento sob exame.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

Antes do enfrentamento do mérito da questão em comento, cumpre destacar a tempestividade desta **CONTRA RAZÃO**, tendo em vista que o



ENGENHARIA &
CONSTRUTORA

prazo processual de 5 (cinco) dias úteis de que dispõe a impugnante para opor defesa, teve início no dia 21/06/2019 (sexta-feira), quando nos foi apresentado a interposição de recurso pela empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, permanecendo, portanto, íntegro até o dia 27/06/2019 (quinta-feira), conforme o disposto na Lei de Licitação - Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 - Art. 109 - § 3º que cita:

§ 3º - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

II – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucede que, após a abertura e conferência do Envelope I – Documentos de Habilitação, apresentada pelas licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, por ter apresentado todos os documentos ora exigidos pelas as normas editalíssimas e Lei nº 8666 / 93 de forma correta.

Entretanto, a empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, representada através de procuração pelo Sr. Mauro Paixão do Espírito Santos – CPF: 481.014.356-20, vem de forma inconsistente, interpor recurso solicitando a desabilitação da empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA, alegando que a empresa não cumpriu com as exigências editalíssimas dos itens 26.3 e 26.9.

III – DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE

No recurso ora resistido, a empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, sustenta, em suma que a empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA, não cumpriu com as exigências editalíssimas dos itens 26.3 e 26.9, os quais referência:

26.3 - A capacitação técnica do profissional será atestada mediante a apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida (s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a execução de obra

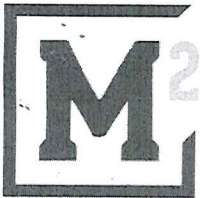
ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome do Responsável Técnico. O Profissional deverá comprovar a execução dos seguintes tipos de serviços: **Execução de Obra de Construção de Salas de Aula/ Escola.**

26.9 – A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificada, devidamente registrado(s) na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), em nome da licitante, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra:

a) – Execução de Obra de Construção de Salas de Aula/ Escola.

Nos itens em referências e em diversos outros itens do edital em análise, podemos concluir que a única solicitação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG ao exigir competências técnicas, solicita que a empresa apresente atestados de **Execução de Obra de Construção de Salas de Aula/ Escola**, não apresentando itens de maior relevância para a execução da obra, conforme citado pelo representante da empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA.

Ainda, analisando os dizeres do representante da empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, na abertura do certame, ao declarar itens de maior relevância da planilha orçamentária de forma aleatória, podemos observar o despreparo do mesmo. Pois todo e qualquer profissional da área, sabe que um item da planilha orçamentária só pode ser alegado como item de relevância, baseado em um série de cálculos e embasamentos fáticos de acordo com a



ENGENHARIA E
CONSTRUTORA

classificação estatística, apresentados através da Curva ABC, a qual apresenta os itens de maior relevância baseada nas quantidades de material utilizadas, no valor do material, na mão de obra necessária para execução, no tempo gasto para execução e em diversos outros fatores necessários apurar para esse levantamento.

Sendo assim, como em edital a Prefeitura Municipal de Monte de Carmelo – MG, não exigiu um item específico em quantidade e valor, não pode um representante de empresa, levantar na mesa de reunião, itens de maior relevância sem um embasamento fático, isso mostra no mínimo um despreparo do mesmo.

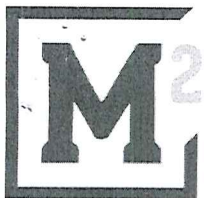
Através desse embasamento, já solicitamos a presente Comissão de Licitação que desconsidere qualquer pedido de revisão de sua decisão do certame, baseado na alegação da falta de quantitativos nos atestados técnicos, uma vez que não foi apresentado um cálculo referencial a CURVA ABC, para julga-los como itens relevantes, conforme ensina a área de engenharia.

Mas, dando continuidade em análise ao recurso apresentado pela empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, a mesma cita que a empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, apresentou um atestado de reforma discrepante em característica e quantidade.

Bom, diante disso, podemos observar que o representante da empresa SECULUS, não analisou de forma integral os documentos da concorrente, analisando de forma superficial os documentos apresentados. Pois ao pegar e analisar o atestado técnico apresentado pela concorrente M2 ENGENHARIA, pode observar que o mesmo é referente a obra de REFORMA E **AMPLIAÇÃO** da ESCOLA ESTADUAL DR. ABDIAS ALVES NUNES – CESEC, e que os serviços apresentados em planilha são superiores ao quantitativo da planilha licitada e que os serviços do atestado apresentado se referem a criação de mais de 6 (seis) novas salas de aula, na escola acima citada, o que atende de forma mais que satisfatório ao certame em razão.

Ainda, se pode observar que a empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA, apresentou outros atestados, além do referido, mesmo sem necessidade, uma vez que o edital é claro ao exigir atestado de **EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA/ ESCOLA**, e o mesmo foi apresentado pela construtora M2, atendendo as exigências editalíssimas ao exigir ao menos um atestado para fins educacionais.

Adentrando mais fundo ao mérito da questão cumpre tecer alguns comentários sobre o tema que é discutido neste parecer.



ENGENHARIA &
CONSTRUTORA

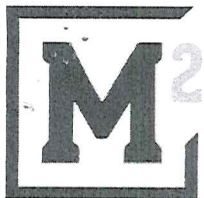
A apresentação de atestados de acordo com a lei de licitação visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos **compatíveis em características** com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de **capacidade**, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar **objeto similar** ao licitado.

Sabe-se também que, conforme se extrai da regra inserta no parágrafo único do art. 4º da Lei 8.666/93, a licitação é regida pelo "Princípio do Procedimento Formal". Nesse sentido, o procedimento licitatório é vinculado às prescrições legais que o regem, em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei em sentido estrito, mas, também, do regulamento, do edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere, se pode analisar que o mesmo solicita atestados com característica semelhante ou similar ao objeto licitado e não atestados com objetos iguais em quantitativos e serviços, conforme cita o representante da empresa Séculus, mesmo porque essa exigência em quantitativo igual é ilegal perante a lei.

Para se evitar situações como estas no curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando "exigências instrumentais", expressão muito bem colocada por Marçal Justen Filho. É dizer, o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo, mas conforme ao texto da lei, sendo assim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre com requisitos técnicos, e também com os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, pg.60).

Sendo assim, a qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a "Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo, sendo de extrema importância os atestados possuírem serviços pertinente ao licitado, **não em quantidade mais sim em características.**"



ENGENHARIA E
CONSTRUTORA

Assim sendo, não é necessário muito a se dizer referente ao pedido da empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA em seu recurso, pois toda e qualquer empresa que apresentar um atestado técnico em característica ao licitado, tem a capacidade de execução do serviço, devendo assim ser mantida a decisão da COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE MONTE CARMELO - MG, que julgou por HABILITAR a empresa. Mostrando assim, que o recurso apresentado pela empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, trata-se de algo inconsistente.

Diante do exposto, solicitamos a Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, na qualidade de Autoridade Superior competente, que desconsidere o pedido solicitado pela a empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, em seu recurso apresentado e mantenha sua decisão de habilitação da empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, considerando os ensinamentos ministrados por nossa melhor doutrina, onde fala que a administração, não pode ficar dependendo de provocação do interessado para decretar sua decisão. Isto porque não pode o interesse individual do administrado prevalecer sobre o interesse público na preservação da legalidade administrativa.


IV - DO PEDIDO:

Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidas a signatária requer ao Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, na qualidade de Autoridade Superior competente, que seja reconhecida e declarada total improcedência do recurso ora impugnado.

Sendo assim, a signatária solicita que, assim seja mantido a integral decisão sob certame, onde a Comissão Permanente de Licitação julga por habilitar a empresa M2 Engenharia e Construtora LTDA, sob o devido poder de diligência instituído no Art. 109 - § 3º da Lei nº 8.666/1993.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.


M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/MF nº 22.615.610/0001-32
MATHEUS ASSIS VIEIRA
RG: MG - 14.309.146 - PC/MG
CPF: 080.190.016-62

22.615.610/0001-32
M2 Engenharia e Construtora
Matheus Assis Vieira
Engenheiro Civil
CREA/MG 174314-D